

RELATÓRIO FINAL

PROJETO CONEXÃO LOCAL

ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DO MEPES

Estudantes: Gesley Fernandes Pereira

Juliet Neves Matos

Supervisor: Veronika Paulics

Estado: Espírito Santo

SUMÁRIO

<u>Introdução</u>	<u>3</u>
<u>1. Pequeno histórico das EFA's e a Pedagogia de Alternância.....</u>	<u>3</u>
<u>2. O MEPES</u>	<u>5</u>
<u>3. Como se implementa uma EFA e a Associação de Pais e demais entidades das EFA's: o dia-a-dia administrativo.....</u>	<u>6</u>
<u>4. A vida e a rotina de um estudante na EFA e o dia-a-dia pedagógico.....</u>	<u>9</u>
<u>5. O papel da família</u>	<u>10</u>
<u>6. Parcerias e recursos.....</u>	<u>11</u>
<u>7. Disseminação da Pedagogia da Alternância no Brasil</u>	<u>12</u>
<u>8. Desafios nas EFA's</u>	<u>12</u>
<u>REFERÊNCIAS:</u>	<u>15</u>
<u>ANEXO 1:.....</u>	<u>16</u>
<u>As impressões de uma experiência ímpar.....</u>	<u>16</u>
<u>ANEXO 2:.....</u>	<u>18</u>
<u>Caminhando rumo a aprendizagem.....</u>	<u>18</u>

Introdução

O presente trabalho propõe relatar as atividades e pesquisas desenvolvidas, durante o mês de julho de 2009, no âmbito do projeto Conexão Local da Fundação Getúlio Vargas/EAESP. A equipe que visitou uma experiência no Espírito Santo reuniu pesquisadores e estudantes de São Paulo (FGV-EAESP) e do Acre (UFAC). Os estudantes de graduação Gesley Fernandes (FGV) e Juliet Matos (UFAC) e os supervisores Veronika Paulics (FGV) e Eloi Biquer (Universidade Federal do Acre - UFAC), visitaram as Escolas Famílias Agrícolas (EFA) ligadas ao Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES).

O enfoque da pesquisa baseou-se na perspectiva de uma forma de ensino diferenciada e voltada para as pessoas que vivem no meio rural, tendo em vista suas dificuldades e peculiaridades. Essa forma de ensino é conhecida como “Pedagogia de Alternância”, que consiste em alternar períodos na família e na escola de maneira a construir um saber a partir do diálogo entre os diferentes saberes – o da escola (teoria) e o que é realizado em casa (prática).

A metodologia utilizada foi a pesquisa de caráter qualitativo, tendo sido realizadas visitas às cidades de Piúma, sede do Centro de Formação e Reflexão, e em várias comunidades rurais da região sul do Espírito Santo. Além disso, os estudantes dedicaram alguns dias vivenciando o cotidiano de duas escolas, EFA de Olivânia e EFA de Castelo, nas cidades de Anchieta e Castelo, respectivamente. Também foi feito um levantamento bibliográfico junto à documentação das escolas visitadas, no Centro de Formação, além de entrevistas e conversas com educandos, professores e funcionários do MEPES, além das comunidades locais.

Este relatório busca ser uma síntese do histórico, das dificuldades, das formas de gestão administrativa e questões intrinsecamente ligadas aos aspectos sociais e políticos das Escolas Famílias Agrícolas.

1. Pequeno histórico das EFA's e a Pedagogia de Alternância

Desde a crise de 29 o Brasil, que tinha seu sustento baseado na agricultura, teve sua economia abalada, que deslocou os grandes fazendeiros e sua estrutura social agrária e se mudou para os industriais e comerciantes provenientes de uma mescla de raças, culturas e tradições diferentes, sobretudo os italianos e os árabes, que se instalaram como os novos mandatários do poder e do dinheiro e moldaram a dinâmica social urbana da nova sociedade. O que acarretou um grande êxodo rural que se agravou nas décadas de 50 e 60, quando o país presenciou o seu período crítico quando milhões de pessoas abandonaram o campo e rumaram em direção aos centros urbanos (IGLESIAS, 1993).

Os principais motivos dessa migração em massa foram o modelo de urbanização que incentivava o crescimento das médias e grandes cidades criando oportunidades de empregos que atraíam os moradores do campo, e, a estratégia de modernização da agricultura que incentivava as culturas de exportação e os sistemas modernos de agricultura, práticas que, por sua vez, utilizavam menos mão-de-obra que a agricultura tradicional, forçando os trabalhadores excedentes a procurarem outra fonte de subsistência (IGLESIAS, 1993).

Muitos agricultores, sem perspectivas para uma vida melhor, esses acabaram inchando as cidades e não encontravam o que estavam esperando. No Espírito Santo essa situação não era diferente, os agricultores capixabas, em especial os das pequenas unidades familiares conviviam com igual conjuntura de empobrecimento e abandono de suas lavouras. Rogério Caliarí¹, (2002, p 85) diz que *“resta ao agricultor cultuar os sonhos da cidade e os jovens, incentivados pelo discurso da educação oficial, alimentarem seu imaginário com a expectativa oriunda do cenário urbano”*.

Neste contexto, quando muitos dos que foram para os centros urbanos acabaram à margem, é que ao sul do estado do Espírito Santo, o padre jesuíta Humberto Pietrogrande, proveniente da Itália e recém saído do

¹ Rogério Caliarí desenvolveu sua tese de mestrado, na Universidade de Lavras em Minas Gerais, acerca das experiências das Escolas Famílias Agrícolas do MEPES, em especial a de Jaguaré.

seminário no Rio Grande do Sul, é designado a servir na Escola Jesuíta de Anchieta – ES, e passa a conhecer a realidade das comunidades agrícolas. Em seus trabalhos eclesiais, lidava com os jovens e se deparava com o talento de muitos. Dentre eles, como nos conta em entrevista Mário Zuliani, um jovem destacou-se em uma peça e chamou atenção de Pietrogrande, que foi atrás de mais informações com o garoto, enquanto esse omitiu sua origem rural por vergonha. Esta situação fez com que o jesuíta tentasse buscar algo diferenciado, não para a fixação, mas para dar uma opção ao jovem do campo.

Naquele momento a monocultura cafeeira era incentivada a ser eliminada, porém não havia opções para a diversificação de culturas. Pe. Humberto reuniu então os agricultores da região para saber quais eram suas necessidades, suas prioridades, enfim, saber o que estavam buscando. Apurou-se então que eram três principais reivindicações: saúde, organização e educação.

Dentre esses agricultores estava o Sr. Alexandre Sgulmaro, que via seus filhos aos poucos indo em direção à cidade e se desvencilhando do campo, como sua filha que pretendia estudar artes em Vitória. Em visita à sua propriedade conhecemos sua família (hoje ele tem Alzheimer) que nos contou um pouco do que estava ocorrendo naquela época. Fora um dos primeiros membros do comitê criado para reivindicar melhorias.

Assim, em 1966, em viagem à Itália próximo à sua cidade natal, Padova, Pe. Pietrogrande foi à Castelfranco onde tomou conhecimento das chamadas Escolas Famílias Agrícolas – EFA's, que utilizavam a pedagogia da alternância. A pedagogia de alternância consiste na relação dialética entre o teórico e a empiria, ou seja, as atividades em sala de aula e seu diálogo com a prática, tanto na propriedade do estudante quanto dentro da própria estrutura da escola.

Esta forma pedagógica nasce na França, durante o cenário de crise das primeiras décadas do século XX:

Com reflexos na capacidade de absorção da mão-de-obra disponível, a expansão do modo de produção capitalista consolidou a crescente polarização da sociedade em duas classes distintas: os detentores da força de trabalho e os detentores dos meios de produção. Não haverá aí espaço de atuação para uma classe que detivesse simultaneamente a força de trabalho e os meios de produção, como no caso da agricultura familiar. Por outro lado, existia espaço para justificar a permanência, recreação ou mesmo expansão do campesinato, mesmo que o contexto fosse desfavorável, como é o caso do advento da Pedagogia de Alternância na França. (CALIARI, 2002, p. 77).

No pós-segunda Guerra Mundial, tal forma pedagógica se espalha pela Europa, onde então Pe Humberto toma conhecimento dela.

O diferencial, além do que já foi exposto, é a interação entre escola – estudante – família através de um método que se fundamenta na constante troca de informações entre os diversos atores da unidade escolar, com reuniões, avaliações entre outros. Em suma, a pedagogia da alternância baseia-se em dialogar com as vertentes do ensino, estando em abertura tanto com o teórico quanto com a empiria, ou seja, o educando em seu período de internato, chamado de *sessão*, está em convívio constante com as aulas em sala, e seus horários de atividades práticas, onde, de acordo com a estrutura da EFA, eles irão desenvolver o que aprenderam. No período que passa em sua propriedade e na comunidade, também é captado seu conhecimento através de um *diário* (caderno da realidade, que será melhor falado adiante) que retorna para ser avaliado durante a sessão.

Então, após conhecer a pedagogia, Pe. Pietrogrande voltou ao Brasil muito interessado em implantar o projeto, trazendo consigo a possibilidade de se enviar alguns jovens brasileiros para estagiarem na Itália. Em sua viagem, conseguiu cinco bolsas de estudos. Com recursos próprios, criou uma sexta bolsa.

Foram à Itália um grupo de seis² jovens, Célio de Oliveira Martins, Dirceu Marchiori, Ignácio Pompermeyer, João Bartolote, Ednys Orlandi, Osmar Longhi, filhos de agricultores, onde passaram dois anos estudando o projeto. Além de enviar jovens brasileiros para estagiarem na Itália, o pe. Pietrogrande regressa trazendo consigo os italianos Mário Zuliani (diretor da EFA de Castelfranco), Danilo Agostini e Giuliano

² Por relatos de Mário Zuliani, tomou-se conhecimento de que Pe. Humberto Pietrogrande, além das cinco bolsas que conseguira, pagou para mais um filho de agricultor viajar e realizar o estágio

Gioro (ligados à Universidade de Pádua), para fortalecer o propósito de criar uma entidade de caráter educacional e de promoção social. Em 1967, montou-se um comitê com a intenção de criar o “Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo – MEPES”, uma entidade direcionada à promoção social das pessoas que vivem no campo.

No início de 1968 o grupo de brasileiros estudantes retornou ao Brasil e juntamente com os italianos e o comitê já formado começaram uma intensa articulação nas comunidades para a implementação da primeira EFA da América Latina. Em 26 de abril, o MEPES foi institucionalizado como entidade organizada e seu primeiro presidente foi Pe. Humberto Pietrogrande.

Na comunidade rural de Olivânia, Anchieta, em local onde antes funcionava um seminário católico da arquidiocese e posteriormente um orfanato da LBA (Legião Brasileira de Assistência), deu se início a primeira EFA. O terreno foi cedido ao MEPES em comodato e a construção foi adaptada para funcionar em caráter de escola técnica de agricultura, na modalidade de supletivo de primeiro grau. Esta primeira escola, segundo Pe Humberto (ANGELO, 2007, p. 11) *“está ainda hoje, na sua missão de escola ‘primogênita’ que indica caminhos não somente para as EFA’s do MEPES, mas também para outras EFA’s do Brasil”*.

Paralelamente ao surgimento da Escola de Olivânia, vieram também as escolas de cidades próximas, Alfredo Chaves e Rio Novo do Sul, com trajetórias semelhantes de implementação e participando das mesmas reuniões com os comitês e formando associação de pais para dar a base da estrutura político-pedagógica do projeto.

No dia 15 de março de 1969, a Escola Família Agrícola de Olivânia é reconhecida pelo MEC e inicia o primeiro ano de atividades, em regime de alternância, ou seja, passando 15 dias internos na escola e 15 dias em atividades práticas desenvolvidas na propriedade do estudante a intenção era formar Agricultores Técnicos. A partir de 76 foi criada a Escola Técnica Família Agrícola em nível de segundo grau, ou seja, além de formar Técnicos em Agropecuária, os estudantes saíam agora com diploma equivalente ao atual ensino médio.

Desde então, gradativamente, as mudanças ocorreram tanto em estrutura quanto em grade curricular, em 1995, o curso que era de três anos e meio, passou a ser de quatro anos, atendendo as novas exigências da LBD (Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº 9424/1996). Mais tarde, em 2002, iniciou-se a primeira turma estruturada de forma concomitante e seqüencial ao Ensino Médio nas qualificações de Fruticultor Familiar e Processador de Agroindústria Familiar. Posterior a isso, em 2006, a qualificação passa a ser em Empreendedor em Agroturismo.

2. O MEPES

Com a vinda do Pe. Pietogrande para o Brasil e seu novo projeto de promoção social, é que foi institucionalizada a entidade MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo, que visava (e até hoje visa) a melhor qualidade de vida do cidadão do campo, seja na educação, seja na organização ou na saúde. Ele sempre via que a entidade deveria ter esses três itens sua prática, para a formação de um ser humano que se entenda como cidadão. Em 1968, em seu primeiro ano de funcionamento, mantinha as atividades de saúde preventiva e começaram conversas com as famílias do sul do estado para a implementação de um novo tipo de educação não mais a excludente forma tradicional, mas uma nova visão de pedagogia, nascida na França, disseminada na Itália e que chegou ao Brasil, era a pedagogia da alternância.

Hoje em dia o MEPES conta com uma rede de 16 escolas famílias agrícola, a escola família turismo, o hospital e também as creches. Atendendo assim a vários capixabas, tanto ao sul do estado quanto, devido à expansão durante anos, ao norte, o MEPES visa não apenas cobrir falhas em setores que o Estado devia atuar, mas tenta construir em conjunto com a sociedade local um cidadão melhor.

Assim, sendo a entidade que gerencia tantos projetos em diferentes locais do estado, o MEPES tem um grande desafio, como é o caso da implementação de uma escola família agrícola.

3. Como se implementa uma EFA e a Associação de Pais e demais entidades das EFA’s: o dia-a-dia administrativo

Para contextualizar como é a implementação de uma EFA do MEPES nos dias de hoje, temos o exemplo da escola de Castelo, iniciada em 2006. Por volta de um ano antes do início de seu funcionamento, Pedro Viana, agricultor e pai, reúne um grupo que busca melhorias no ensino para seus filhos e netos, onde, por intermédio de terceiros e da prefeitura, ouvem falar da pedagogia da alternância e decidem que pelo MEPES poderiam levar o projeto para a região.

Pedro Viana mora a uma distância de 40 minutos de carro da EFA Castelo, na comunidade Estrela do Norte, e nos contou que participou da primeira reunião entre prefeitura e o MEPES, onde conheceu Padre Firmino Costa Martins sj, responsável dentro do MEPES pela expansão das EFA's. Pedro Viana então auxiliou a reunir pais para formar a Associação de Pais com o intuito de conseguir a estrutura necessária para o funcionamento de uma escola. A esse grupo, se juntou o vereador Gilberto Gava Marques (do Partido dos Trabalhadores), e agora, com o grupo fortalecido se articularam com a prefeitura de Castelo, através da Secretaria Municipal de Agricultura conseguiram um acordo de comodato de um terreno onde o Núcleo de Educação Ambiental de Castelo (NEAC) da prefeitura funciona. Hoje ele Sr. Pedro tem um neto que está no quarto ano e tem uma neta que está no ensino fundamental e logo irá entrar na EFA.

O terreno da EFA de Castelo é relativamente grande, mas a área útil não chega a ser tão grande como outras EFA's que visitamos e já contavam com anos de funcionamento. Esta conta com 12 poços destinados a piscicultura, pertencentes ao NEAC, mas que os estudantes realizam algumas atividades de piscicultura, um espaço para horta, e uma área não contínua ao terreno principal que é destinado as plantações, porém ainda não estava pronta para o plantio de nenhuma cultura. O que se tem nesse terreno é pequenas culturas apenas para o trabalho com os estudantes no horário de atividade prática (hora em que colocam ainda dentro do ambiente escolar o que aprenderam em sala de aula).

Conta-nos a diretora Silvana Laquini Moro que nos primeiros anos na área construída não havia a infra estrutura necessária para os dormitórios e por isso os estudantes, divididos entre meninos e meninas tiveram que se arranjar no auditório e na cozinha. Numa parceria entre a Secretaria Municipal de Agricultura da prefeitura de Castelo e o MEPES, a escola foi reformada e agora conta com uma estrutura mais adequada para os jovens passarem a semana que lhes cabem, a sessão, e também passou a ter mais uma sala de aula (além do terreno pertencer à prefeitura, todo o material para funcionamento da escola como cadeiras, mesas, camas, etc., pertencem à prefeitura). Assim, com as parcerias com as diversas esferas da sociedade é que a EFA vai se estabilizando e aprimorando cada dia seu modo de ensinar e seu espaço dentro da comunidade da cidade de Castelo. Por exemplo, com as articulações da diretora Silvana Laquini Moro, com os vereadores Gilberto Gava e César Casagrande (cujo irmão é senador pelo Espírito Santo) está em andamento um projeto de aproximadamente 100 mil reais destinados à construção de uma sala de informática.

É também a prefeitura a responsável pelo pagamento das funcionárias da cozinha, limpeza e da secretária da escola. Essas funcionárias, diferentemente dos monitores, são contratadas pela prefeitura de Castelo, isso nesse caso da EFA Castelo, pois vimos na EFA Olivânia funcionárias do próprio MEPES como cozinheira. Já no caso dos monitores do MEPES, a folha de pagamento é de responsabilidade do Governo do Estado do Espírito Santo, que repassa os recursos diretamente ao MEPES, que, por sua vez paga os funcionários. A remuneração dos monitores varia de R\$ 1.100,00 a R\$ 1.310,00, (de acordo com a formação). São pagos adicionais para diferentes funções assumidas dentro das escolas. Por exemplo, Lucia Helena Nicoli Moura é coordenadora pedagógica e monitora de biologia, Marianna Abdalla ministra aulas de matérias técnicas e é coordenadora responsável pela propriedade, e assim a maioria dos monitores respondem por uma coordenadoria.

Além da parceria com o Governo do Estado, outras parcerias também são construídas, como entre a Secretaria Estadual de Cultura (através da Associação Nacional pela Inclusão Social Através da Cultura, Música, Arte, Turismo e Meio Ambiente - Parceiros do Bem) e Prefeitura de Castelo, para a realização na cidade de oficinas de audiovisuais para os jovens do campo. Junto com a diretora da EFA Castelo acompanhamos uma reunião na sede da Secretaria Municipal de Agricultura, onde estavam presentes, Lúcia Helena (secretária de Turismo e Cultura), Edimar Celin (Mazinho - secretário da Agricultura), alguns servidores da Secretaria de Agricultura, a Diretora Silvana e dois representantes da ONG Parceiros do Bem. Nessa reunião foram acertados detalhes para se começar as oficinas logo após as férias escolares (que seriam na semana seguinte), e estavam decidindo como seria feita a seleção dos jovens para o projeto e quais

despesas o município deveria arcar. A prefeitura então ficou responsável por fornecer combustível e hospedagem para os oficineiros. O local de realização das oficinas ficou sendo a EFA Castelo, e através do trabalho da diretora, essa saiu da reunião com a garantia de 50% das vagas e outros estudantes virão da rede de escolas da cidade. Essas oficinas ocorrerão nos meses seguintes, e será produzido um vídeo para a Mostra Capixaba de Cinema Rural, que ocorrerá de 25 a 28 de novembro, e inclusive o MEPES é um dos parceiros da mostra. Em tais parcerias, temos dentro das EFA's uma entidade jurídica que se responsabiliza pelos gastos das EFA's e também tem papel fundamental nas discussões pedagógicas, é a Associação de Pais.

E a entidade que juridicamente responde pelos gastos das EFA's e também tem papel fundamental nas discussões pedagógicas, é a Associação de Pais. Quando comparada a uma escola pública, essa entidade cobre o espaço que é destinado a APM (Associação de Pais e Mestres) ou correlatos, com suas devidas diferenças. Na primeira os pais são os participantes da Associação, além da diretora e alguns professores serem convidados a participar não podendo exercer cargos executivos. Além dos pais e monitores convidados, a Associação pode também contar com a participação de pessoas da comunidade que não tem filhos e filhas matriculados na EFA, mas que contribuem de alguma forma com as rotinas da escola. Nesse ano de 2009, a Associação da EFA Olivânia é presidida por um participante da comunidade, sem estudante matriculado na unidade escolar.

É então através dessa Associação que a escola tem sustentação jurídica, econômica e inclusive na implementação do projeto pedagógico, como já dissemos. Em uma APM normalmente vemos o diretor da escola assumindo o cargo de presidente da mesma, além de acumular o cargo de presidente do Conselho de Escola, isso quando a escola assim possui tais entidades em separado. Ou seja, o espaço destinado à disputa de poder dentro da escola e mais ainda, para que se divida o mesmo entre os vários atores envolvidos é na verdade controlado por um ator que toma para si como obrigação de dirigir e controlar a gestão escolar. Interessante notar que os diretores das EFA's vão atrás das diversas formas de financiamento, e que muitos destes se efetivam através da Associação de Pais, do qual ele não é presidente, diferindo em muito da dinâmica de uma escola pública convencional.

No caso das Associações das EFA's, tal disputa e divisão de responsabilidades e poderes é feita de forma diferenciada, visto que os pais e colaboradores é que são detentores dos cargos executivos da associação. Assim o diretor deve contar com o presidente da Associação para em conjunto gerirem a escola. Na visita a uma família na comunidade de Olivânia, os pais tinham se orgulhavam de participarem da Associação, sendo inclusive que o pai já havia sido presidente da mesma.

Segundo o Regimento Comum das EFA's do MEPES, a responsabilidade administrativa da unidade escolar cabe ao Conselho Administrativo. A ele cabe acompanhar a entrada de novos estudantes (participando inclusive no exame de seleção dos mesmos), junto aos professores determinar o calendário escolar, bem como suas possíveis mudanças, além de acompanhar a contabilidade da escola. Ele é composto pela diretoria executiva da Associação da Escola, pelo Diretor da Escola, um representante da comunidade, diretoria executiva da Associação dos Alunos, um representante dos ex-alunos e um representante de pais de cada turma. Segundo o Regimento, o conselho administrativo é presidido pelo diretor da escola e tem reuniões ordinárias mensais.

E chamando os pais a participarem a todo o momento da vida da escola, não só dos afazeres de suas crianças, o intuito da escola é não somente educar a esses no sentido formal, mas sim tentar trazer outras dimensões e outros atores responsáveis pela educação de um jovem, como coloca a Constituição Federal e a LDB. Aqui a escola traz o que primeiro chamou atenção ao Pe. Humberto: a família.

As escolas contam também com a Associação de Alunos, e segundo esse mesmo regimento (MEPES, p.17), essa instituição tem como função representar o corpo discente, e também “colaborar no desenvolvimento de atividades complementares, buscando junto à direção da escola e ao coordenador pedagógico, promover atividades esportivas, culturais, recreativas e sociais”.

Cada escola possui cinco, sete ou treze professores. Cinco para escolas com apenas o nível fundamental II, sete no caso de escolas que atendem somente o ensino médio, como o caso da EFA Castelo, e treze no caso de escolas que atendam o fundamental II[5] e o ensino médio, como no caso da EFA Olivânia. Esses

professores são denominados pelo MEPES como monitores, mas dentro do ambiente da unidade escolar eles não deixam de se referir a si como professores.

Estes professores são contratados por meio de seleção de currículo pelo MEPES, e que passa também pelo crivo da Associação de cada escola. Sua formação é tanto na área técnica agrícola, como de matérias específicas como letras, matemática, etc. Um mesmo professor, dependendo de sua formação e capacidade, ministra mais de uma matéria entre as técnicas e as do currículo obrigatório. A verba destinada ao pagamento desses é repassada pelo governo estadual do Espírito Santo para o MEPES, que contrata e demite os monitores.

Em sua maioria, os professores permanecem nas escolas durante a semana junto com os jovens. Cada EFA tem um arranjo diferenciado para acomodar aos professores. Na EFA Olivânia existem casas para os monitores que tem sua própria família, e uma casa ocupada pelos que não são casados. Já na EFA Castelo, eles dormem em alojamentos junto aos estudantes, sendo que possuem quartos separados para eles.

De forma a garantir que todas as atividades ocorram, um dos monitores sempre fica como responsável do dia. Segundo o Regimento Comum das EFA's do MEPES, essa é a coordenação diária, responsável em dar apoio às atividades de natureza pedagógicas e administrativas. Esse é sempre um dos professores da EFA que vão se revezando durante a semana. O responsável do dia permanece em tempo integral na escola, monitorando todas as tarefas realizadas, inclusive nos chamados "serões noturnos" que são as atividades realizadas depois do jantar, esses se alternando entre livres e obrigatórios como é o caso da chamada celebração (onde realizam um "momento de reflexão"). Além dessa responsabilidade, qualquer ocorrência fora da normalidade da rotina escolar, o coordenador diário fica incumbido de acompanhar e tentar solucionar o caso, desde uma simples discussão entre estudantes até casos de ferimentos e doenças.

Para cuidar da parte da cozinha e da limpeza da unidade escolar, estas contam com uma equipe de profissionais em sua maioria cedidas pela prefeitura, ou antigas funcionárias do MEPES. De acordo com os convênios de cada escola também é cedido um funcionário que cuida da parte de secretaria escolar (organiza a documentação dos estudantes). O número desses funcionários tem uma grande variação dependendo do tipo de convênio estabelecido pela escola e as prefeituras. Algumas EFA's conseguem verbas da prefeitura onde se localizam, não só para pagamentos desses funcionários, como também conseguem verbas para complementarem a alimentação dos jovens, visto que esses pagam entre R\$ 13,00 a R\$ 18,00 por sessão na escola para fins de alimentação. Alguns educandos subsidiam esse valor com a produção das terras de suas famílias, esse é o caso da EFA Olivânia e EFA Castelo.

As prefeituras também disponibilizam, de acordo com o convênio de cada escola, transporte escolar para os estudantes. Este geralmente passa pela estrada principal da região para poder recolher as crianças e jovens. Outra parte desses vem de transporte próprio, seja levado pela família, seja indo de moto para a escola (ficando essa guardada a semana toda na escola). Em algumas escolas, como no caso da EFA de Olivânia, nem todos os estudantes ficam no sistema de internato por morarem na comunidade próxima, e fazem o caminho casa-escola e escola-casa todos os dias.

Todos esses convênios são articulados entre prefeituras, EFA's (através da Associação de Pais e MEPES), além de um trabalho dos diretores de sempre estarem atentos as administrações municipais, sobre possibilidades de novas verbas para escola, de tentarem emendas com parlamentares que se simpatizem com as EFA's, e vários outros canais.

4. A vida e a rotina de um estudante na EFA e o dia-a-dia pedagógico

Geralmente, quando um estudante entra numa escola família é por já haver o contato com o meio rural (inclusive é pré-requisito fundamental para se matricular). Seus pais, no mais comum, têm neles a esperança da continuidade no campo e também o sonho de dar condições melhores para o futuro, assim, quando ouvem falar de um projeto inovador, que garantirá não a fixação, mas o direito de escolha - um leque de oportunidades-, depositam sua confiança nesse.

Assim é o caso do agricultor Luis Brambati, que visitamos na comunidade rural de Olivânia, um dos membros da associação de pais, que colocou sua filha Liliane na EFA Olivânia, apostando em uma alternativa

melhor, tanto no conhecimento técnico quanto no ensino regular. Hoje, Lili, está no terceiro ano do nível médio e já tem em mente seus próximos passos, inclusive no dia em que a conhecemos, fez sua inscrição para o ENEM e nos contou que pensa em fazer um curso superior de Veterinária ou Agronomia, mas que para isso terminará o quarto ano (que em Olivânia não é obrigatório, pois trata apenas de matérias do ensino técnico, onde seu projeto final será sobre pasto rotativo).

Luís é meeiro³ de Mário Zuliani (um dos fundadores do MEPES) e com o que ganha na lavoura, pretende comprar cinco hectares de terra para dar viabilidade ao projeto de sua filha. Todo estudante de quarto ano tem que fazer um projeto para obtenção do diploma de nível médio e técnico e é acompanhado de perto pelos monitores, que sempre fazem visitas e inspecionam o andamento e o empenho do estudante.

O ensino praticado nas EFA's tem uma influência grande no comportamento tanto dos estudantes quanto no de seus pais, pois, na medida do possível, eles vão tentando inserir as novas tecnologias e os novos métodos de lidar com as plantações de café, de banana, das criações de animais, etc. Na casa do Sr. Luís, por exemplo, a quantidade de café consumido diminuiu, tanto por recomendação médica (o pai tem diabetes), como por "pressão" das filhas, por aprendizado na escola, insistem para o pai e a mãe tomarem menos café (por causa do açúcar), e hoje substituem esse por água de coco em quase todas as horas.

Como também encontramos em relatos diversos de estudantes de Olivânia e de Castelo que alguns deles ainda encontravam a resistência dos pais, e outros já o conseguiam com maior abertura, porém em ambos os casos, o diálogo era mantido tornando a escola sempre presente na vida do estudante e este incluído na rotina desta.

Os estudantes dessas unidades escolares durante as "sessões" alternam turnos entre horários de atividades em sala (ensino regular e disciplinas técnicas) onde estudam e apresentam suas tarefas e relatórios trazidos com as dúvidas e soluções que adquiriram ao longo da sessão que estiveram em casa, e também dividem os intervalos para as refeições, atividades práticas conforme a especificidade da escola. Pelo que podemos perceber, a convivência diária com professores e alunos geram uma relação boa de confiança e gera um aprendizado de relação com as diferenças e qualidades de se viver em grupo.

Há organização para sentar-se a mesa, para servir os colegas, para lavar a louça, para arrumar a cozinha, enfim, para a série de atividades que incluem responsabilidades e noções de responsabilidade que são inseridas. E, além das interações já citadas, essa metodologia conta com instrumentos pedagógicos específicos que caracterizam a qualidade do ensino que são: folha de observação (FO), visitas e viagens de estudo (VVE), caderno da realidade (CR), plano de estudo (PE), estágios, serões e avaliação. Estes são aparatos utilizados para efetivar o ensino.

No que consistem? A folha de observação é composta por questionamentos levantados pelos estudantes em conjunto com os monitores, assim gerando a realidade e a necessidade deles. Isso complementa os conteúdos debatidos em sala de aula. As visitas e viagem de estudo são geralmente feitas em propriedades agrícolas ou em indústrias, dependendo do enfoque, no caso da EFA de Castelo onde a especialidade técnica é em Agroturismo os estudantes costumam conhecer propriedades com esse direcionamento. O objetivo dessas viagens consiste em ajudar na compreensão dos aspectos técnicos do curso. Elas se encerram com um relatório elaborado pelo estudante e que irão compor o caderno da realidade.

Já o caderno da realidade é onde o jovem escreverá o que está acontecendo com ele nos períodos de alternância, é como se fosse um diário de atividades. Ele é um retrato da realidade vivenciada pelo estudante, tanto em seu ambiente familiar, como no período de permanência na escola. Ligado ao caderno da realidade também está o plano de estudo que é elaborado com base em um "tema gerador", (por exemplo, O Homem e a Terra, assim, todos os PE's serão elaborados com finalidade de abordar esse tema), por estudantes e monitores, e vão indagar o seu meio, situação familiar, a religião, saúde familiar, remédios caseiros, agricultura convencional ou alternativa, etc.

Em seus últimos anos de os estudantes realizam os estágios que são obrigatoriedade para a obtenção de um diploma técnico, os estágios se fazem necessários tanto no aprendizado prático como para cumprir a carga horária obrigatória, onde os estudantes visitam as regiões agropecuárias. Estes não são feitos na propriedade

³ Isto é, trabalha nas terras ficando com metade dos lucros.

da família somente, podem ser realizados em outras propriedades, inclusive em agroindústrias, como alguns jovens nos citaram.

Em horário alternativo realizam-se os serões noturnos que podem variar entre aqueles dedicados a estudo e aqueles que são livres, e, dependendo da escola, há atividades extras, como em Castelo, onde duas vezes por sessão alguns rapazes fazem aula de capoeira com um professor da região que é pago pelos próprios estudantes.

A forma de avaliar o andamento do bimestre, é também diferenciada, pois os estudantes são avaliados pelos pais, por si mesmos e pelos colegas. Além de serem avaliados, também se unem para avaliar o desempenho de seus monitores, para assim construírem gradativamente uma relação ampla e uma maior interação no convívio e na aprendizagem. O espaço de avaliação não fica apenas na cobrança de se "tirar" notas, pois ao vermos uma parte do processo, quando o educando trás anotado os conceitos que os pais lhe deram, em grande parte dos jovens vem com uma reflexão a família do porque se dar a nota que ele trás.

Concomitante a esses processos pedagógicos o MEPES, através do Centro de Formação e Reflexão (CFR), oferece constantemente cursos para o aperfeiçoamento de monitores e funcionários em geral. Cursos do tipo culinária alternativa lecionados por Cleusa Maria Jaques coordenadora administrativa do CFR e ex-monitora, e culinária convencional, oferecido, meio a controvérsias, pois foi no período de férias escolares. Assim como as cozinheiras, os monitores também recebem formação, o critério de ingresso de um professor na rede do MEPES é, além de uma formação ou acadêmica ou técnica, a Formação Inicial para Monitores em serviço, com duração de dois anos paralelos com sua atuação na escola. Para obter o título de monitor é necessária a elaboração de um "Projeto de Pesquisa e Experimentação Pedagógica" onde eles aplicam ou pesquisam algo relevante junto à escola e aos estudantes.

Assim como os professores, os estudantes também têm um projeto a ser posto em prática, que é requisito para obtenção do diploma técnico. Alguns desses estudantes, quando finalizam o curso tendem a interessar-se na carreira de monitor das EFA's, como muitos monitores que conhecemos nos contaram que saíram como estudantes e voltaram como monitores. Alguns que podemos citar são os hoje diretores Silvana Laquini de Castelo e Vandeir Spadeti de Rio Novo do Sul.

5. O papel da família

As escolas contam com a participação dos pais e família do educando e de setores interessados que se relacionam com essas. A participação das famílias se dá em um nível acima que normalmente se vê em escolas integradas ao sistema público de ensino. Observamos que os pais que matriculam seus filhos nas EFA's são chamados a participar da vida do educando, e os projetos em que estudante participa só se realizam através dessa participação. Inclusive, os pais ao matricularem seus filhos em uma EFA, assinam um contrato com essa, no qual se comprometem a cumprir sua parte da educação do jovem, respondendo o questionário por exemplo.

O estudante conta com a família para ser capaz de realizar as tarefas, como o caderno de realidade, e quase todos os projetos em que se envolve durante o período letivo. Além de se envolverem com os trabalhos escolares dos seus filhos, os pais são visitados pelos professores no que se chama de visita as famílias. Nessas visitas, realizadas por dois professores, tem-se o contato com o ambiente onde o educando vive, e dessa forma os professores tomam consciência das raízes que formam aquelas crianças e adolescentes entregues aos seus cuidados durante as sessões. Paulo Freire (2005) nos diz que a educação não se realiza, enquanto não houver uma relação de afetividade entre educando e educador, que somente quando um entra na vida do outro o processo educativo acontece.

As EFA's, desde a entrada do jovem, trazem a família, para dentro das atividades dessa, até mesmo a formação da escola se dá através de diálogos entre MEPES, prefeituras e a comunidade local. A EFA Castelo teve seu início assim e para a sua manutenção é essencial que os pais participem da Associação de Pais da Escola. Essa é a figura jurídica que permite às famílias a terem voz dentro das decisões tomadas na gestão da unidade escolar.

6. Parcerias e recursos

Cada EFA, através do trabalho do MEPES e principalmente dos diretores, conseguem parcerias diversas para a manutenção da unidade escolar. As prefeituras onde se localizam as EFA's são os parceiros para a manutenção do equipamento escolar. Através dela se consegue a verba para os pagamentos dos servidores das cozinhas, limpeza e secretaria. Também é com essa parceria que as escolas garantem a maior parte da alimentação dos estudantes, que é complementada pelas famílias que pagam por sessão. Por exemplo, na EFA Olivânia temos por volta de 200 jovens (mais ou menos 100 por sessão), ou seja, a cada sessão a escola recebe por volta de R\$ 1.300,00 (e ainda parte dos jovens moradores da cidade Anchieta não pagam este valor, pois a Prefeitura concede uma “bolsa alimentação”).

Segundo o diretor da EFA Olivânia seu custo com a escola gira em torno de R\$ 15.000,00 por mês e a prefeitura de Anchieta é a grande responsável por arcar com tais gastos (por volta de R\$ 10.000,00)⁴. Além disso, no terreno da escola é cultivada uma grande horta e tem criação de galinhas e porcos para complementar as refeições. Nesse terreno também tem a plantação de café que rende à escola por volta de R\$ 30.000,00 por ano, cuidada por um meiero, além dos estudantes colocarem alguns conhecimentos em prática. Esse também cuida do gado leiteiro, que rende por volta de R\$ 15.000,00 por ano. Essas últimas verbas são utilizadas para as reformas e manutenção da escola, Olivânia estava construindo uma sala em cima do refeitório para abrigar uma futura sala de informática.

Esse é um exemplo da escola mais antiga da rede do MEPES, mas segundo o Secretário Geral do MEPES, José Valdemar Pin, 56% do gasto de uma escola do MEPES é gasto com pessoal, mais precisamente com os monitores. Os outros 44% são custeio e gastos com pessoal de apoio, sendo que desses 24% vem das prefeituras e 20% das famílias e outras formas (como as plantações das propriedades).

As escolas contam também com parcerias para concessão do terreno. No caso da escola de Olivânia o terreno foi através de um comodato com a Legião Brasileira de Assistência Social (Governo do Estado), que o MEPES recebeu em comodato por tempo indeterminado o prédio e 32 hectares de terra. Já no caso da escola de Castelo foi instalada no terreno pertencente à prefeitura, mais especificamente ao Núcleo de Educação Ambiental de Castelo (NEAC - que ainda funciona lá), ligado à Secretaria de Agricultura de Castelo. E é dessa secretaria que provem a maior parte das verbas da EFA Castelo, diferentemente da EFA Olivânia, que conta com as verbas da Secretaria de Educação de Anchieta.

Várias parcerias com as prefeituras bem como os recursos provenientes do convênio com o Governo Estadual e do apoio do BNDES são possíveis por conta da imagem consolidada do MEPES no cenário político do Espírito Santo. Desde sua origem, a diretoria do MEPES busca reunir representantes do Governo do Estado, dos governos municipais e da Igreja Católica. Para isto, sua diretoria é composta da seguinte maneira: dois prefeitos da Associação de Prefeitos (um do norte do Estado e um do Sul); dois vigários (um do norte e outro do sul, indicados pelos Bispos); dois agricultores (um do norte e outro do Sul, que façam parte de alguma das Associações de Pais das EFA's); um representante dos funcionários do MEPES (hoje são 285 funcionários, segundo o secretário geral do MEPES); um representante dos ex-alunos (eleito no encontro dos antigos estudantes); um representante da Ordem dos Jesuítas; um representante da AESCCC⁵ (Associação Amigos do Espírito Santo) e um representante do Governo do Estado.

Além das EFA's e da EF Turismo, o MEPES tem um hospital em Anchieta-ES (ligado a rede do SUS), e várias creches. Para isto, conta por volta de 285 funcionários e um faturamento anual da ordem de 13 milhões de reais, captados em sua grande maioria através de parcerias com organizações públicas.

7. Disseminação da Pedagogia da Alternância no Brasil

⁴ O atual prefeito de Anchieta é ex-secretário geral do MEPES, o que permite relações muito boas entre a escola de Olivânia e a prefeitura e Anchieta. Mas isto não se dá em todos os municípios.

⁵ AESCCC: Associação Amigos do Espírito Santo em português, é a um organização fomentada pelo Pe. Humberto na Itália, de onde até meados da década de 80, vinham quase 80% dos recursos do MEPES. A partir da década de 90, esses recursos pararam de ser abundantes.

De acordo com Caliari (2002), a disseminação da pedagogia da alternância a partir da década de 1980 exigiu uma reorganização administrativa, o que resultou na criação da União Nacional das Escolas Família Agrícolas do Brasil (UNEFAB) ocorrida na Assembléia Geral das EFA's no dia 11 de março de 1982, no município de São Mateus, norte do Espírito Santo. Sua sede atualmente encontra-se em Brasília. O autor diz:

"A UNEFAB surgiu da necessidade de se ampliar os instrumentos representativos das EFA's e de propiciar-lhes uma forma organizada que congregasse os objetivos concebidos nas diversas escolas existentes" (CALIARI, 2002 p. 88).

Segundo pesquisas do MEC (2007), são 265 unidades escolares que utilizam a pedagogia da alternância, com diferentes nomenclaturas: EFA's (Escolas Famílias Agrícolas), CFR's (Casas Familiares Rurais), ECOMR's (Escolas Comunitárias Rurais) e CEFFA's (Centros Familiares de Formação por Alternância).

O projeto que havia começado no Espírito Santo havia corrido o Brasil, e aos poucos foram surgindo interesse por outros estados. Feliquex, hoje diretor de Olivânia, nos contou que em sua época de estudante hospedava jovens que chegavam em busca de conhecer as EFA's e a pedagogia da alternância. Vinham de várias partes do país, como norte, nordeste, e estagiavam períodos longos para levar o conhecimento a seus estados de origem.

Eles não vinham somente do Brasil, mas também de várias partes do mundo, como nos relatou a família Sgulmaro que recebeu estudantes vindos de outros países como a Argentina e a Itália. Esse intercâmbio serve não só para disseminar a pedagogia, mas também para um aprendizado mútuo.

De acordo com MEC (2007), as entidades que utilizam a alternância estão distribuídas da seguinte maneira: Nordeste – 97, Norte – 46, Centro – Oeste – 8, Sudeste – 54 e Sul – 60.

8. Desafios nas EFA's

Em uma escola pública, o diretor gere muito pouco das verbas de sua Unidade Escolar. Este administra uma escola onde não escolhe os professores e nem seu quadro de apoio, e inclusive não conta com instrumentos de gestão de pessoas para gerir esses. As EFA's têm um caráter diferenciado por se apresentarem como híbridas, ou seja, ao mesmo tempo em que são de caráter particular, tem fim público. A maioria de suas verbas vem de órgãos governamentais, e sendo a educação formal obrigação do Estado oferecer, é dentro dessa responsabilidade do Estado que a ONG atua.

Assim vemos que o MEPES e suas escolas famílias são legalmente equiparados às escolas públicas pelo Art. 281 na nova Constituição Estadual (do Espírito Santo) combinado com o disposto no Art. 178, regulamentado pela lei Estadual 4.523, e a lei nº 7875 publicada no D.O. de 26/11/04 (substituiu a lei nº 4.523). Contudo, mesmo as escolas sendo equiparadas legalmente às escolas públicas e os monitores destas serem pagos com verbas repassadas pelo Governo do Estado, percebemos que há uma diferenciação em vários aspectos, se compararmos o salário de um professor da rede estadual (R\$ 1410,00 por 25 horas semanais) e do monitor do MEPES (R\$ 1310,00 por 40 horas semanais). Podemos ver que há uma disparidade. Se formos levar em consideração as jornadas de trabalho de ambos, podemos ver que um monitor dispõe mais tempo em uma EFA, tendo em vista que pelo regimento, inclusive, todos tem que ao menos uma vez por semana serem os responsáveis do dia, cuidando de todo o funcionamento das atividades em regime integral, desde a hora do café da manhã à hora de ir dormir.

Por conta dessa disparidade é que constantemente o MEPES perde seus monitores para os diversos concursos do estado, como o caso do INCAPER (Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural) que realizou um concurso para técnicos agrícolas, o que levou vários monitores a saírem por conta da contratação nesse órgão. Mas mesmo com a disparidade de salários alguns monitores que já tiveram experiência em aulas na rede pública do Estado do Espírito Santo, e dizem que não voltariam de nenhuma forma para essas escolas, *"pra você ter uma idéia, aqui nunca precisei levantar a voz"* nos diz um dos professores.

Outra questão que se levanta é que sendo uma escola particular com fins eminentemente públicos, como se dá a seleção do corpo discente? Em uma escola pública quase não existem formas de seleção, já o MEPES, por ser uma entidade privada, seleciona seus estudantes em um público específico e determinado. A rede MEPES escolhe educandos que tenham vínculo com a terra, assim grande parte de seus estudantes são filhos de agricultores proprietários de terra, havendo também possibilidade de exceções como o caso de uma aluna de Castelo, que faz suas atividades práticas na propriedade de sua tia, porém mora com os pais (que inclusive tem uma lanchonete) na cidade. Por exemplo, na EFA Castelo, no ano de 2008, onde essa contava com apenas três turmas (1º a 3º série, com 92 educandos), sendo que desses 57 estudantes foram considerados pela secretaria da escola como sendo pequeno ou médio proprietário de terra, 29 foram considerados meeiros, assentados ou assalariados e 5 com famílias com outras profissões, e apenas um considerado grande proprietário de terra. Ou seja, temos que 63% das famílias detêm a posse da terra, e mesmo as que não a detêm de alguma forma estão ligados à produção e o trabalho do campo.

Dessa forma um jovem que não tenha esse perfil dificilmente entra em uma escola do MEPES. Fica a dúvida que, sendo as EFA's as únicas da região, como um jovem que não reside e nem tem pretensões de trabalho no campo se enquadra dentro desse ambiente. Conhecemos um jovem assim, da sexta série, na EFA Olivânia que havia vindo da cidade de Vitória, capital do Estado, acompanhando seu pai que veio trabalhar de guarda municipal em Anchieta e matriculou seu filho nessa escola do MEPES. Mas para que estudantes como esse se matriculem na EFA, tem que se comprometerem a cumprir todos os requisitos de trabalho com a terra que os outros estudantes fazem, e no caso desses, ficou a cargo de parentes dele, moradores da região de lhe dar esse subsídio.

Outras dificuldades relevantes são as de aplicação dos instrumentos pedagógicos, como o caso da avaliação, que se dá de educando para educando, onde muitas vezes, por serem jovens, acabam brincando e tomando como ponto de partida a afinidade ou não com o colega avaliado, como há espaço aberto para ampla defesa, a situação, por vezes tende a gerar conflitos e discórdias uns com os outros. Isso faz parte do aprender a lidar com os outros, coisa frisada na ideologia da alternância. Mas o interessante notar nesse instrumento é seu poder de fazer o jovem se perceber como cidadão capaz de argumentar e se defender (ou atacar) quando necessário, sem que para isso se parta para agressões físicas.

Assim como a avaliação, os Planos de Estudo e Folhas de Observação também se tornam problemas a serem contornados, por que alguns estudantes tendem a não dar a devida importância e não trazerem reais questionamentos de suas realidades, mas, tendo o monitor sempre por perto para auxiliar e controlar, se torna mais fácil realizar o estudo. Aqui a ferramenta também humaniza o jovem ao dar-lhe tarefas que lhe colocam em contato com o dia-a-dia do trabalho, da comunidade, e mais ainda tem uma busca constante sobre as origens e histórias desse jovem, dando-lhe percepção de um lugar no mundo e naquela família e comunidade.

Vemos que muitas vezes a atuação de ONGs (Organizações não governamentais) no espaço da educação pública se dá de maneira equivocada. Um exemplo que oferecemos é o caso das instituições contratadas pela Prefeitura de São Paulo, que servem para ocupar um espaço de tempo dos educandos, sem preocupações pedagógicas ou de cuidado com a criança e o jovem, pois a maioria dos orientadores contratados dessas ONGs não tem formação para tal trabalho pedagógico. Mas com o MEPES, que nasceu há 41 anos, ou seja, antes da “onda” de abertura dessas entidades na década de 90, e vemos que é fruto de uma idéia de valorização de uma classe de trabalhadores, e que se preocupa o tempo todo com o pedagógico aliado a essa idéia primeira, o que sentimos como presente e atuante no dia-a-dia da organização.

De todo modo, as EFA's do MEPES tiveram e ainda tem uma relevância no que tange as questões sociais e políticas das regiões onde se instalam. *"Quanto mais a educação rural se aproxima da realidade do educando e amplia o relacionamento desse com a comunidade, pode-se perceber que os atores sociais entendem sua linguagem [...] aperfeiçoa-se a organização comunitária"* nos diz Rogério Caliari (2002, p. 196). Além disso, ele constata que o trabalho das EFA's, com sua pedagogia de alternância auxilia na *"ampliação das dimensões conscientizadoras do sujeito e do coletivo. A busca de sua autovalorização são enunciadas, [...] também são considerados momentos que propiciem a gênese de novos conceitos de inserção, objetivando ações de desenvolvimento integrando terra e homem"* (CALIARI 2002, p. 194).

E completando a idéia de valorização e inovação que Caliari nos traz, Paulo Freire (2005, p. 46) em sua pedagogia nos diz que "*a ação profunda, através da qual se enfrentará culturalmente a cultura da dominação [...] [será] pela expulsão dos mitos criados*". Ou seja, a pedagogia de alternância aplicada nas EFA's do MEPES, tem como produto tirar o estigma do trabalhador do campo, dando-lhes poder de escolher, de se organizar. Ainda segundo Paulo Freire (2005, p. 46) "*a prática da educação implica poder político*", poder de uma maneira ou outra esses atores envolvidos nesse cenário exercem.

Ao serem criadas, essas escolas tendem a mudar a rotina de alguns jovens e conseqüentemente de seus pais, pois o que outrora era uma regra: aceitar sair de suas propriedades para estudar nas cidades, morando em casas de familiares ou terceiros, agora passa a ser uma das alternativas se matricularem em uma escola cujo método seja a pedagogia da alternância de sua região. Essa lhe auxilia então, não apenas no ensino de suas crianças, como também ao envolver a família e a reflexão dos seus lugares na comunidade, lhes dando aporte de escolher o caminho a seguir.

Muito mais que isso, nota-se que o aprendizado desse jovem transcende as questões do campo em si, mas lhe são transmitidos valores, como a convivência com o coletivo, aprender a lidar com as diferenças, afinal, convivem com seus monitores e colegas em tempo integral. Esses jovens aprendem a resolver com argumentos seus problemas, como no caso da Avaliação que se dá de um para o outro, onde, no espaço aberto à defesa, lhes é ensinado a ser coerente.

Ter zelo, partilhar, organizar-se, ter um novo modelo de ensino, voltado para a promoção humana, que lhe da, não uma única opção, não lhes condiciona, mas abre uma gama de possibilidades que outrora não existiam. Conhecemos educandos que pretendiam alçar vôos maiores, como uma das filhas de Aloísio Sgulmaro que faz faculdade de letras/italiano.

Mas temos autores como Sérgio Zamberlam (2006, p.49) que nos diz que "*as famílias pouco conhecem quanto custa seu filho na escola, [...], portanto repete-se, na Escola Família Agrícola o que aconteceu na escola pública: os pais encaram a EFA como algo que não lhe pertence*". Pode-se perceber que mesmos chamados a participar nem todas as famílias sentem-se à vontade para tomar posse daquilo que lhes pertence, mas dentro do contexto posto do campo educacional brasileiro, essas escolas cumprem certa função social. Como nos falaram a todo o momento não se trata de uma escola que quer "fixar o homem no campo", mas sim que oferece um sentido de mundo aos jovens e à sua família. No momento em que as EFA's utilizam seus instrumentos pedagógicos com os jovens, permitem a eles encontrar seu lugar no mundo e apontam para as opções a escolher para exercer plenamente sua cidadania.

REFERÊNCIAS:

ANGELO, Simone Ferreira. *Projeto profissional de ex-alunos da EFA de Olivânia - Investigação da continuidade do projeto no meio sócio-familiar*. Anchieta: MEPES, 2007. (mimeo)

BRASIL, MEC. *Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Brasília, DF: 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acessado em: 18 ago 2009.

BRASIL, MEC. *Mapeamento das Instituições que utilizam a Pedagogia da Alternância*. Brasília, DF: 2007. Disponível em <<http://www.red-ler.org/mapeamento-alternancia.pdf>>. Acessado em: 21 ago 2009.

CALIARI, Rogério Omar. *Pedagogia da alternância e desenvolvimento local*. Lavras: UFLA, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2005 (46 edição).

IGLESIAS, Francisco. *Trajetória Política do Brasil. 1500 – 1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MEPES, Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. *Regimento Comum das Escolas Famílias Agrícolas e Escola Família Turismo do MEPES*. Anchieta – ES. (mimeo)

ZAMBERLAM, Sérgio. *Desafios da participação das famílias na associação – CEFFA*. Em: *Revista da Formação por Alternância*. Ano2 – n 3. Dez 2006.

ZULIANI, Mário. Entrevista concedida a Juliet Matos e Gesley Fernandes dia 7 de julho de 2009.